

# Tecido urbano actual: - continuidade ou descontinuidade ? \*

Paula Guerra

## I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A cidade realmente existente, bem como vivida, não pode ser concebida como uma realidade dotada de unicidade, ou antes, homogeneidade.

Situando a questão, ao longo do chamado «*processus de urbanização*» podemos, com efeito, considerar a cidade como palco de apropriações diferenciadas por parte dos diversos agentes sociais que nela foram interagindo, daí resultando, uma multiplicidade de expressões simbólicas heterogêneas, e assim, uma descontinuidade.

Estas considerações levam, implicitamente, a ter em conta a forte imbricação entre o «*social*» e o «*espacial*», de modo a — como refere Boaventura de Sousa Santos — «não reduzir o espaço às relações sociais no espaço», mas antes, a evidenciar «*o que nas relações sociais, resulta especificamente do facto de estas ocorrerem no espaço*»<sup>1</sup>.

Iremos pois, dar relevância a uma cidade «alterada», como «experiência de uma realidade constantemente modificada e por isso diferentemente percepcionável»<sup>2</sup>, por parte dos diferentes agentes sociais.

---

\* Este texto insere-se num projecto de investigação mais amplo, contextualizado na cidade do Porto.

<sup>1</sup> BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, «Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 24, 1988, p. 140 (sublinhados nossos).

<sup>1</sup> Luís V. BAPTISTA, «A propósito de Lisboa: o local e o global», in *Sociedade e Território*, n.º 10/11, 1989, p. 146.

É dentro desta axiomática que importa introduzir a questão em epígrafe — «Tecido Urbano Actual: Continuidade ou Descontinuidade?». A escolha destas noções para caracterizar o mundo urbano actual não foi aleatória; prende-se, antes de mais, com a consideração simples — e por vezes, tão esquecida — do perpétuo «devir» — que envolve — envolveu e envolverá — as sociedades.

Ao qualificarmos a cidade actual desse modo, seguimos de perto o posicionamento de Claude Javeau no que concerne à construção do objecto de análise sociológica: «É geralmente admitido, nos meios científicos que adoptaram uma epistemologia que eu qualificaria (...) de bachelardiana, que a construção científica de um objecto qualquer passa pela ruptura com o que esse objecto representa no senso comum (...) quer dizer, de uma concatenação, saída de uma experiência concreta, de imagens diversas e não necessariamente juntas por uma lógica. Prefiro, pela minha parte, falar de «modelo heurístico», mais do que objecto constituído»<sup>3</sup>. Tal óptica leva-nos à afirmação de que o objecto que procuramos «não se dá», tem de ser *procurado e perseguido*, ainda assim, não deixando de constituir um «*objecto problemático*», «*a construir-se*».

Retomando as acepções mais comuns das noções propostas para qualificar a cidade, temos: a «continuidade» é tida como «uma qualidade do que é contínuo»; o «contínuo» é visto como algo «em que não há interrupção»; a «descontinuidade» é «uma qualidade do que é descontínuo» e o «descontínuo» é tido como algo «interrompido»<sup>4</sup>. As manifestações mais vulgares dos conceitos possibilitam apelidar num primeiro momento, o tecido urbano actual, como espaço de hiato e de ruptura, e logicamente espaço de descontinuidade, em consonância com o pressuposto de que «todo o discurso sobre o mundo social, está condenado a entrar na luta das classificações»<sup>5</sup>; no sentido em que é nesta «luta» que se patenteiam as diferentes perspetivações do espaço por parte dos agentes sociais que nele interagem, mostrando a polissemia social desse mesmo espaço.

---

<sup>3</sup> CLAUDE JAVEAU, «Société, socialité et sociabilité dans les banlieus», in A. BOURDIK e outro (orgs.), *Figures de la Ville. Autour de Max Weber*, Paris, Ed. Aubier-Momaigne, 1985, p. 174.

<sup>4</sup> José LELLO e EDGAR LELLO (eds.), *Lello Universal — Dic. Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Vol. primeiro, Porto, Lello & Irmão Ed., 1976, pp. 620 e 722.

<sup>5</sup> PIERRE Bourdieu, «Le paradoxe du sociologue», in *Sociologie et Sociétés*, vol. XI, I, Avril 1979, p. 92.

A heurística do esforço de (re)construção do tecido urbano em objecto de análise sociológica, levar-nos-á a considerá-lo como um sistema de relações sociais, tanto objectivas como subjectivas, e como tal, objectivadas e subjectivadas, onde hipoteticamente se compactificam expressões de continuidade e/ou descontinuidade. Por outras palavras, importa conjugar as condições objectivas da existência humana na cidade, com as representações subjectivas das relações sociais que aí ocorrem. A virtuosidade de tal esforço enunciativo será a de ultrapassar a mera constatação dum espaço heterogéneo porque descontínuo, ou homogéneo porque contínuo, daí a óbvia necessidade de explicitar os mecanismos, ou melhor, os processos de (re)produção de (des)continuidade na sociedade urbana contemporânea.

Tendo em linha de conta tais asserções, poder-se-ia formular — ainda que hipoteticamente — uma problemática em torno das noções em estudo. A continuidade social apela a uma determinada estrutura espaço-temporal dotada de uma certa homogeneidade no que diz respeito à estrutura geral das relações sociais e à forma como essa estrutura se inscreve no espaço, não existindo clivagens sociais significativas no que diz respeito à apropriação do espaço por parte dos diferentes agentes sociais. Por outro lado, a descontinuidade social reporta-se, fundamentalmente, a um contexto de complexificação das relações sociais pautado por fortes heterogeneidades presentes no tecido social traduzidas, conseqüentemente, em diferentes capacidades de apropriação do espaço urbano; em suma, estaríamos perante um tecido urbano alicerçado em relações sociais de tipo inigualitário <sup>6</sup>.

Será importante sublinhar o carácter de «*considerações*» assumido — conscientemente, aliás — por este texto, acreditando ainda «(...) nas virtudes libertadoras do que é sem dúvida o menos ilegítimo dos poderes simbólicos, o da ciência, especialmente quando ela toma a forma de uma ciência dos poderes simbólicos *capaz de restituir aos sujeitos sociais o domínio das falsas transcendências que a ignorância não cessa de criar e recriar*» <sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> O sentido de uma tal problemática pode estar próximo do sentido das expressões - «*contextos de continuidade*» e «*contextos de contrast*» utilizadas por JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA e outros, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1992, p. 111. O sentido de tais expressões encontra-se referido ainda, em A. TEIXEIRA FERNANDES, «Formas e mecanismos de exclusão sociais, in *Sociologia—Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1.º Vol., I Série, 1991, p. 37.

<sup>7</sup> PIERRE BOURDIEU, *Leçon sur la Leçon*, Paris, Ed. Minuit, 1982, p. 56 (sublinhados nossos).

## II. DA HISTORICIDADE DA (DES)CONTINUIDADE

Fazendo justiça a uma *análise estrutural da cidade*, podemos dizer que o «*processus*» de urbanização cristalizou, ao longo de séculos, sucessivas marcas de continuidade e ruptura no espaço urbano. O que equivale a dizer o seguinte: a cidade é um todo ambivalente, na medida em que, conserva em simultâneo, dois perfis, um de permanência e outro de mudança social. Por mais difundida que possa estar esta consideração, convém sublinhá-la, já que frequentemente o Homem civilizado, urbanizado e tecnocrata do século XX, transforma a natureza em paradigma perdido, dando pouca atenção à história e às heranças culturais passadas<sup>8</sup>.

Neste contexto, podemos dizer que a cidade foi sempre um referencial incontestado nas relações que manteve ao longo dos tempos com a sociedade no seu todo, já que sempre se ergueu como centro da vida humana por excelência. Não queremos, com tal asserção, cair num «urbanocentrismo»<sup>9</sup>; queremos sim salientar, o enorme poder (simbólico) de atracção que a cidade exerce, e sempre exerceu, sobre os homens.

Ao remontar à organização social da cidade grega, podemos destacar a poderosa estratificação social existente aí, o que implica logo um elevado grau de diferenciação social, e por conseguinte, desigual distribuição do poder político, económico, religioso e social entre a população. Assim sendo, nem todos os grupos sociais dispunham do mesmo poder de intervenção na cidade, por isso, a «*Polis*» era o lugar de realização do ideal democrático só para algumas categorias sociais, com excepção dos metecos, escravos e mulheres como é conhecido.

Também as cidades Medievais ou mesmo Barrocas, engendraram diferentes usos e apropriações simbólicas por parte dos adores sociais em jogo; eram, espaços de descontinuidade, na medida em que existia nelas uma hierarquia classificadora concreta que definia os limites e horizontes dentro dos quais os agentes se apropriavam do espaço da cidade, e, por consequência, (re)produziam as suas práticas quotidianas. Poder-se-ia dizer que, ontem como hoje, a estrutura urbana exprime a existência de clivagens sociais e, ao mesmo tempo, o dinamismo social inerente a cada sociedade<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> B. VALADE, «Le monde urbain», in *Encyclopedie de la Sociologie*, Paris, Librairie Larousse Publ., 1975, pp. 83-140.

<sup>9</sup> José MADUREIRA PINTO, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Ed. Afrontamento, 1985, p. 22.

<sup>10</sup> MANUEL CASTELLS, *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Ed. Presença. 1975, pp. 120-139.

Ao salientar a *industrialização como factor determinante no «processus» de urbanização*, teremos sempre de lembrar que essa determinação não pode ser abusiva, visto que a cidade, como fenómeno social, antecede a industrialização. A industrialização amplificou o «*processus*» — fala-se mesmo em urbanização do «mundo inteiro» —, dando-lhe novos contornos, novas formas, novas rupturas.

O entendimento da questão pode ser sintetizado no seguinte: «a industrialização caracteriza a sociedade moderna. (...) A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre o nosso tempo», pelo lugar central que ocupou na transformação das práticas sociais, mas a cidade «(...) pré-existe à industrialização (...) As criações urbanas mais eminentes, as obras mais «belas» da vida urbana (...) datam de épocas anteriores à industrialização». Esta é na sua formulação uma nota banal», (...) mas cujas implicações não foram ainda plenamente formuladas»<sup>11</sup>.

O que é necessário salientar é que a cidade anterior à Revolução Industrial era «(...) fisicamente vivida, corporalmente sentida pelos seus habitantes»; era «expressão e símbolo do sistema social, (...) era um quadro de referência social»<sup>12</sup>, onde o lugar de trabalho e residência coincidiam, formando os espaços de consumo e de produção uma só unidade. Portanto, o cidadão tinha na cidade um quadro «estável» de integração, de segurança, e o futuro não era sentido com angústia. O cidadão vivia num universo de «filiações comunitárias» fortes e de relações de solidariedade intensas, situação contrária à crescente «individualização» que afecta o mundo urbano actual<sup>13</sup>.

Com a industrialização, assiste-se a um «*milagre urbano*», a cidade passa a ter uma espécie de «carga mágica»<sup>14</sup>, o anterior «quadro de vida» desmorona-se.

Jean Rémy e Lilianne Voyé advogam a importância da generalização de uma «ordem formal», necessária para um crescente controlo

---

<sup>11</sup> HENRI LEFEVRE, *Le Droit à la Ville*, Paris, Éd. Anthropos, 1968 e 1972, p. 11. O autor refere: aquando começa a industrialização, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade era já uma realidade potencial», p. 12.

<sup>12</sup> B. VALADE, *O. c.*, p. 122.

<sup>13</sup> JEAN RÉMY e LILIANNE VOYÉ, *Ville, Ordre et Violence*, Paris, PUF, 1981, p. 47 e segs.. Os autores referem o seguinte: «Se a industrialização pode (...) engendrar sentimentos de insegurança e fazer ler a rua como espaço perigoso, ela contribui também para multiplicar as situações de isolamento e solidão, dissolvendo as filiações comunitárias que permitiram outrora a cada um contar com os outros...», p. 47.

<sup>14</sup> Expressões de PHILIPPE LUCAS, «Multiformité urbaine et réappropriation», in BOURDIN, A. e outro (orgs.), *Figures de la Ville*, Paris, Ed. Aubier-Montaigne, 1985, p.58.

das práticas sociais<sup>15</sup>. Estamos perante uma configuração do espaço urbano à imagem e semelhança da lógica capitalista. M. Verret teoriza a *penetração do «espírito capitalista» no espaço (das práticas quotidianas) do seguinte modo*<sup>16</sup>:

— *manifestação de um «espírito de racionalidade analítica» pelo acentuar da divisão social do trabalho, assim como, dos espaços e das funções; o «espírito» anteriormente descrito penetra também, no espaço do consumo doméstico e privado;*

— *manifestação de um «espírito de racionalidade económica» constituído por uma racionalização crescente em termos de programação de meios e de fins; o «espírito» anteriormente descrito evidencia-se na organização da vida doméstica;*

— *manifestação de um «espírito de racionalidade privativa» constituído por um recuo no que diz respeito ao âmbito da esfera pública dos usos e sua transferência para o uso privado; o «espírito» anteriormente descrito entra na esfera do uso dos meios de consumo e dos produtos*<sup>17</sup>.

Desta forma, entra na vida quotidiana a lógica da sociedade capitalista, dando lugar a que F. Choay considere que «a cidade do séc. XIX é uma cidade orientada para a comunicação nas suas diversas formas»<sup>18</sup>, *Troca, mobilidade, controlo, produtividade e planificação são as palavras-chave.*

Se hoje, a cidade não equivale à industrialização — porque esta está fora do seu perímetro —, tal não implica que a «multiformidade urbana» vivida na sociedade urbana não dependa daquela e das suas sucessivas inscrições espaciais.

A *cidade do Porto* pode, neste contexto, servir de referencial exemplar dessa multiformidade urbana se encararmos a cidade como um elemento sócio-temporal de referência material e simbólica onde se inscreveram essas formas.

Em meados do século XIX, o Porto conheceu um grande surto de desenvolvimento industrial, o que implicou inúmeras ocorrências, entre as quais, um aumento crescente do êxodo rural para dentro das

---

<sup>15</sup> JEAN RÉMY e LILIANNE VOYÉ, O. c., pp. 68 e 69.

<sup>16</sup> MICHEL VERRET, *L'Espace Ouvrier*, Paris, Éd. Armand Colin, 1973, p. 53; JEAN RÉMY e LILIANNE VOYÉ, O. c., pp. 86-91.

<sup>17</sup> Saliente-se, mais uma vez, a importância da caracterização de Michel Verret feita na nota anterior.

<sup>18</sup> FRANÇOISE CHOAY, «Sémiologie et urbanisme», in *Architecture d'Aujourd'hui*, 1969, citado in JEAN RÉMY e outro, O. c., p. 105.

portas da cidade. Esta ocorrência encontra-se traduzida no seguinte facto constatado por Guichard: «à volta da «Baixa» estende-se uma auréola de novas construções principalmente destinadas ao alojamento dos «recém-chegados» e que tomam a forma de pequenos edifícios, de «barracas» e sobretudo de «ilhas». Entre estes novos edifícios subsistem ainda longos espaços agrícolas que dão à extensão urbana o carácter por sua vez difuso e omnipresente que ela depois conservou; e esta estreita imbricação cidade/campo é a característica fundamental do Noroeste português»<sup>19</sup>.

Por conseguinte, com a industrialização, inauguraram-se não só novas formas urbanas<sup>20</sup>, como também novos modos de vida, sendo de destacar nomeadamente, o chamado «rural-urbanizado», que se vê compelido «(...) a toda uma aprendizagem do modo de vida urbano, dos seus códigos sociais, dos novos consumos e da utilização de serviços cuja oferta só se justifica nas densidades elevadas dos meios urbanos»<sup>21</sup>.

Nesta cidade industrial, as desiguais apropriações do espaço acentuam-se, sendo de referir neste contexto, as chamadas «ilhas» destinadas a albergar as camadas mais pobres da população, obedecendo a um esforço de controlo dos espaços de consumo da classe operária. Pelas, e com as «ilhas», o «patrão» capitalista podia superar o hiato inaugurado com a industrialização, refundindo novamente numa unidade espacial o espaço de produção e o de consumo, num esforço de acumulação capitalista notável. As «ilhas» eram lugares com elevado grau de insalubridade; eram autênticos «formigueiros» humanos construídos para fazer face aos elevados custos de habitação sentidos nesse momento<sup>22</sup>. A especulação fundiária e imobiliária instaura-se na

---

<sup>19</sup> FRANÇOIS GUICHARD, «L'évolution recente de Porto», in *Acta du Colloque Interne du G.I.S.*, Paris, CNRS, 1982, p. 15. Saliente-se que este autor tem dado desenvolvimento a estes pressupostos noutras publicações, nomeadamente, «Urbanisation, ruralité et péri — urbanisation dans le Portugal du Nord», in GONÇALVES, A. CUSTÓDIO et al (orgs.), *La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation*, Association International des Sociologues de Langue Française, Porto, 1988.

<sup>20</sup> ALBERTO PIMENTEL, dá conta desta situação ao constatar, no século passado, o seguinte, «fora do recinto das antigas muralhas, por onde a iniciativa municipal ia abrindo caminho, e pretendendo rasgar bairros novos, como o de Cedofeita, Aguardente e Bonfim...», in *O Porto Ha Trinta Annos*, Porto, Livraria Universal, 1893, p. 4.

<sup>21</sup> MARIA JOSÉ MARANHÃO, «Trajectória geográfica e mobilidade residencial», in SILVA, MANUELA e outra (coords.), *A Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa. Centro de Reflexão Cristã/Cáritas, 1989. p. 33.

<sup>22</sup> Idem, *Ibidem*.

Veja-se para o caso lisboeta o art. de ANA SOUSA DIAS, «Vilas operárias: o que resta da Lisboa familiar», in *Expresso*, Dez., de 1988.

cidade pela «(...) acentuação da pré existente segregação urbana, através de espaços «consolidadamente» degradados, a par de zonas restritas de valorização social»<sup>23</sup>.

Mas a cidade, mesmo depois do auge da industrialização, continuou a metamorfosear-se; exemplo típico continua a ser o emergir, em meados do nosso século e no Porto, de novas formas urbanas, em relação às quais Guichard dá mais uma vez atenção: «(...) no ocupar progressivo dos espaços intersticiais e a fazer enfim um todo urbanizado contínuo do território municipal, seja pelo desenvolvimento de loteamentos residenciais (Foz, Boavista, Antas), seja pela construção de zonas industriais coerentes (Ramalde) e de zonas de "habitat» colectivo para pessoas modestas (tipo H. L. M.<sup>24</sup>) onde se vêm alojar novas populações, como os ocupantes de edifícios degradados e de «ilhas» insalubres do centro, expulsas pouco a pouco pela política de reabilitação municipal ou, muito simplesmente, a pressão fundiária crescente dos promotores imobiliários cada vez mais interessados pelos bairros centrais: é então, o momento em que no velho centro, torres e edifícios começam a «salpicar» o tecido primitivo»<sup>25</sup>.

É o eclodir de uma nova geração para a cidade, pautada por um imenso processo de reorganização urbana coadjuvado por objectivos de formalização e planificação, através dos quais surgem por exemplo, «os bairros camarários»<sup>26</sup> que foram uma tentativa de amenizar a contínua pressão demográfica exercida sobre a cidade; alguns tiveram sucesso no que concerne aos seus objectivos (Bairro da Previdência<sup>27</sup>), enquanto outros, representam verdadeiros «guettos» de exclusão e miséria social dentro da cidade, e daí que, «na representação colectiva (...) são «guettos» onde a marginalidade e a violência alastram, «chagas» da cidade, lugares apesar de tudo inevitáveis de habitação económica (...) Embora novíssimos (...) não apresentam porém, esse aspecto: ruas de alcatrão esburacadas (...), alguns blocos já em degra-

---

<sup>23</sup> VÍTOR MATIAS FERREIRA e outro, «Reabilitar ou requalificar a cidade?», in *Sociedade e Território*, n.º 11, 1989, p. 73.

<sup>24</sup> Abreviatura da expressão, «*Habitations à Loyer Modéré*» corrente nas análises sociológicas de origem francesa. Ao nível da realidade portuguesa, é corrente falar-se em «bairros sociais», ou ainda, em «bairros camarários».

<sup>25</sup> F. GUICHARD, «L'évolution recente de Porto», p. 16.

<sup>26</sup> Veja-se CÂNDIDO DA AGRA e Luís FERNANDES, *Uma Topografia Urbana das Drogas (estudo exploratório no Porto)*, Lisboa, Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga. Ministério da Justiça, 1991.

<sup>27</sup> No momento em que se escreve este texto, o «Bairro da Previdência», começa a ser palco de numerosos conflitos decorrentes da iniciativa de pôr à venda os andares, dando lugar a clivagens entre os moradores-proprietários e os moradores não proprietários.



dação avançada, espaços entre blocos mal cuidados com acumulação de lixo por vezes»<sup>28</sup>.

Tudo isto, parece sintomático de uma crise da cidade enquanto lugar de realização humana, já que em muitos deste «blocos» e «torres» se vivem situações de profundo desenraizamento e desintegração, pela razão de que neles se acumularam funcionalmente populações em relação às quais tais alojamentos não desempenham qualquer significação simbólica ou referencial de pertença, não restando dúvidas «de que a esmagadora maioria das famílias que vivem em bairros degradados urbanos não dispõe de meios para aceder a um alojamento dentro os padrões correntes da sociedade», sendo ainda, «na sua maioria, pessoas que vieram «de fora», atraídas pela «miragem urbana» de promoção social»<sup>29</sup>, o que torna ainda estas condições mais «vexatórias». Aliás, na cidade existente, produzem-se e reproduzem-se continuamente áreas urbanas degradadas com elevados índices de densidade populacional, onde faltam infra-estruturas sanitárias e equipamentos colectivos<sup>30</sup>.

Dentro dos limites físicos (e não tanto simbólicos) da cidade, podemos ainda destacar a crescente terciarização da cidade, tanto no que concerne ao seu centro histórico tradicional — situado na «Baixa» novecentista —, como ao seu novo centro — situado na zona da Boavista — a que pode não ser alheia a situação de crescente especulação imobiliária e/ou fundiária sentida na cidade do Porto — a exemplo do que também acontece em Lisboa, assim como noutras cidades europeias.

Assim, *a cidade de hoje continua a amplificar descontinuidades*, e fenómenos como as periferias, as «cidades dormitórias» e os subúrbios são realidades omnipresentes<sup>31</sup>. Claude Javeau considera mesmo

---

<sup>28</sup> CÂNDIDO DA ACRA e outro, O. c., pp. 37 e 38.

Veja-se o art. de PAULO VARELA GOMES, «Cheias, ano XXX», in *Expresso*, Dez. de 1991.

<sup>29</sup> MANUEL PIMENTA, «Habitação e conforto», in SILVA et al., O. c., p. 136.

<sup>30</sup> Idem, Ibidem, pp. 133-154. É um texto importante na medida em que o autor retendo na nota anterior, apresenta uma tipologia das áreas urbanas degradadas (bairros de lata, bairros de realojamento precário, bairros de realojamento definitivo e casas velhas), caracterizando-as segundo determinados atributos sócio-espaciais relevantes.

<sup>31</sup> ISABEL BREDÁ VAZQUEZ sustenta que «no quadro do desenvolvimento geral do fenómeno urbano tem sido dada ênfase à progressiva ascendência de uma nova configuração espacial, a qual se exprime, num primeiro momento e em concomitância com o abrandamento/declínio de uma urbanização concentracionista, na vitalidade dos espaços periféricos ao centro urbano principal e na sua transformação/reestruturação territorial, tendências estas que por reflectirem a exteriorização periférica e cada vez menos selectiva do crescimento urbano, têm sido descritas pela imagem abrangente de "urbanização dos subúrbios»», «A evolução recente da cidade do Porto e a estruturação dos concelhos periféricos — Algumas notas sobre modalidades de articulação territorial», in *Sociedade e Território* n.º 16, 1992, p. 98.

que nos nossos dias, é difícil imaginar uma cidade, mesmo de reduzidas dimensões, sem subúrbios que «não sendo da cidade, são já um pouco da cidade»<sup>32</sup>. Considerar os subúrbios e as periferias como fontes de estigmatização social, tornou-se um lugar comum, mas de facto, esses espaços são ocupados por populações de débeis recursos que não podem aceder aos espaços centrais, acumulando — nesses espaços — toda uma série de «*handicaps*» sociais, económicos, culturais e mesmo físicos<sup>33</sup>.

Uma questão adicional, mas fundamental, é referida por P. Dressayre: «a penetração da sociedade urbana em espaços ainda submetidos à influência da ruralidade produz profundas transformações nas condutas e nas relações sociais»<sup>34</sup>, que vão do desmembrar das relações de interconhecimento mútuo ao esbatimento dos controlos sociais informais.

Assim, o fio condutor da história oferece-nos determinados pontos de referência que nos permitem contextualizar *diacronicamente* a cidade desde épocas remotas até aos nossos dias como atravessada por descontinuidades, sendo neste contexto, importante assinalar as contínuas transacções dos actores sociais em relação ao seu meio como motor de devir. Também *sincronicamente*, isto é, pelos «cortes» temporais efectuados, a cidade apareceu-nos descontínua, na medida em que é caracterizada pela diversidade de práticas ligadas à produção e reprodução quotidianas.

Uma última nota, prende-se com a seguinte advertência: se por um lado a descontinuidade é oferecida por essa multiformidade urbana que por todo o lado emerge, por outro também, cada cidade encerra em si continuidades — heranças —, no que a História lhe foi deixando, sendo neste sentido que Alberto Pimentel se refere ao Porto: «apesar das primeiras tentativas de modernização da cidade, a antiguidade do Porto rebentava-lhe por todos os poros, ressumbrava das pedras e dos nomes das ruas»<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> CLAUDE JAVEAU, O. c., p. 173.

<sup>33</sup> A. FONSECA FERREIRA, na obra. *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Ed. Afrontamento, 1987, p. 15, caracteriza as periferias nos seguintes termos: «As periferias das nossas principais cidades são hoje manchas irregulares de construções onde tudo falta: água, esgotos, escolas, estabelecimentos de saúde e espaços de convívio». Veja-se ainda o texto de NUNO CORVACHO, «O reverso da cidade», in *Público*, 20 de Abril de 1992.

<sup>34</sup> P. DRESSAYRE, «Ruptures et contradictions dans l'espace urbain», in *Espaces et Sociétés*, n° 28-29, 1979, p. 133.

<sup>35</sup> ALBERTO PIMENTEL, O. c., p. 4.

Na mesma lógica, H. Lefebvre e C. Regulier consideram as cidades mediterrânicas como dotadas duma «forte» personalidade histórica, apesar de todas as alterações que têm vindo a sofrer<sup>36</sup>.

Contudo, esta «continuidade» não é incompatível com a existência histórica de descontinuidade, pois os termos são utilizados com sentidos diferentes; não negamos a originalidade de cada tecido urbano situado na história, mas problematizamos esse tecido tendo em conta que o social inscreve no espacial descontinuidades.

### III. O PAR CONTINUIDADE/DESCONTINUIDADE ENQUANTO REFERENCIAL TEÓRICO/METODOLÓGICO

«A introdução de descontinuidades temporais e espaciais na teoria da cidade (e do urbano), na história e na sociologia, não nos pode dar o direito de abusar (...). A reflexão coloca o acento sob as articulações para que os recortes sigam as articulações e não para desarticular o real. Evitar a confusão numa continuidade ilusória, assim como as separações ou as descontinuidades absolutas, tal é a regra metodológica»<sup>17</sup>.

Através deste ponto de vista, pensamos que toda e qualquer reflexão sobre o tecido urbano implica considerá-lo como algo germinado, ainda que lentamente ao longo da História, sendo neste horizonte que se produz e reproduz descontinuidade.

O próprio Henri Lefebvre, propõe, uma definição de cidade como sendo, num primeiro momento, uma projecção da sociedade no espaço, embora especifique: «o que se inscreve e se projecta não é somente uma ordem longínqua, uma globalidade social, um modo de produção, ou um código geral, é também um tempo, ou mais ainda, tempos, ritmos...»<sup>38</sup>. Daqui a necessidade de uma segunda definição da cidade, alicerçada na pluralidade ou na simultaneidade de padrões ou, mais justamente, modos de viver a vida urbana, dando primordial importância ao vivido em detrimento do projectado.

A propósito ainda dos «modos de viver a vida urbana», os trabalhos de Michel Pinçon<sup>39</sup> parecem a este título exemplares. Para este

---

<sup>36</sup> HENRI LEFEVRE e CATHERINE REGULIER, «Essai de rythmanalyse des villes méditerranéennes», in *Peuples Méditerranées*, n.º 37, 1986, p. 5.

<sup>37</sup> HENRI LEFEVRE, *Le Droit à la Ville*, Paris, Ed. Anthropos, 1968 e 1972, p. 59 (sublinhados nossos).

<sup>38</sup> Idem, *Ibidem*, p. 64.

<sup>39</sup> Estudos dos quais destacamos o de M. PINÇON, «Pour une approche des modes de vie», in *Vie Quotidienne en Milieu Urbain*, Paris, Centre de Recherche d'Urbanisme, 1980, pp. 135-144.

autor, o modo de vida urbano não pode ser uma noção totalitária, como comprovam os diferentes modos de apropriação do espaço no âmbito das habitações sociais francesas. Recusa-se assim, a homologia de atitudes concernentes a um mesmo espaço físico, bastando exemplificar tal recusa com a distância social — e sobretudo simbólica — entre um representante da classe média baixa e um operário, interagindo ambos num espaço de um mesmo bairro<sup>40</sup>. Na interacção social, o instalar de um sistema preferencial de relações sociais parece ser a norma dos diferentes grupos sociais.

Poder-se-ia questionar até que ponto essas coexistências constituem sintomas de descontinuidade. Lefebvre parece dar resposta à questão ao aludir à crescente distância entre as «realidades de sociedade» e os «fados de civilização» que se inscrevem na cidade, o que quer dizer simplesmente que a cidade actual transporta em si contradições — é contraditória — observadas na crescente segregação que se vive nela, impedindo que todos tenham acesso à cidade<sup>41</sup>, do mesmo modo.

O mesmo autor — imbuído por um esforço de renovação praxeológica — advoga o «direito à cidade» existente, como uma tentativa de remover do tecido urbano tais contradições, e salienta que, no direito à cidade não se pode conceber como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais», isto é, «tem de se formular como um direito à vida urbana, transformada, renovada»<sup>42</sup>.

Na sequência do pensamento de Lefebvre, encontramos Raymond Ledrut ao considerar que «num período recente limitámos abusivamente a questão das relações do social e do espacial à dos sistemas sociais, mais particularmente ao modo de produção, e certas estruturas do espaço»,<sup>43</sup> sendo portanto necessário ir mais longe.

Neste sentido, parece-nos que as sociedades actuais tendem a ser demasiado óbvias, na medida em que os agentes urbanos se aglomeram — são aglomerados — funcionalmente segundo a sua pertença de classe. Hoje estamos inclusivamente na presença de «(...) bairros cuja

---

<sup>40</sup> J.-C. CHAMBOREDON e M. LEMAIRE, «Proximité spatiale et distante sociale. Les grands ensembles et leur peuplement», in *Revue Française de Sociologie*, vol. XI, 1970, pp. 3-33; N. HAUMONT, *Les Pavillonnaires*, Paris, Centre d'Études et de Recherches sur l'Urbanisme, 1966, citado in J.-C. CHAMBOREDON e outro, *O. c.*, p. 20, referindo que «A oposição de classes exprime-se claramente nas condutas mais quotidianas, conversas discretas ou barulhentas, rádio e televisão sonoros ou em surdina...», p. 126.

<sup>41</sup> Mais uma vez, somos tributários de H. LEFEBVRE, *O. c.*, p. 119.

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, p. 121.

<sup>43</sup> RAYMOND LEDRUT, «Espace et sociétés», in *Espaces et Sociétés*, n.º 34-35, 1980, p. 3.

identidade colectiva não é mais a profissão, (...) mas a pertença de classe», fornecendo esta consideração uma alusão directa à distância que separa um bairro da Idade Média de um bairro actual". Esta situação é sintomática das intenções funcionalistas que actuam na cidade; mas, ainda assim, a cidade, por vezes, afasta-se dessa ordem normativa, criando e recriando espaços diferenciais de interacção, cuja explicação demasiado estrutural é inoperante, na medida, em que é demasiado generalizante e unívoca.

Por isso, o espaço urbano, é hoje, alvo dum «alargamento»; «(...) o espaço deixa a sua referência tradicional de suporte mais ou menos neutro, de contentor estático da relações sociais (...)»<sup>45</sup>, sendo considerado «(...) como um produto social»<sup>46</sup>; passa-se deste modo de um espaço absoluto a um espaço relativizado, na medida em que a multiplicidade de usos e práticas sociais lhe imprime diversidade e heterogeneidade. E esta «(...) ordem das diferenças será o objecto de novos debates e dará lugar à produção de novos discursos em sociologia»<sup>47</sup>.

Em suma, *os referenciais teóricos ensinam-nos a ver o tecido urbano como uma produção social*. Assim sendo, a ligação do tecido social ao urbano compatibiliza a hipotética expressão de heterogeneidade social e a questão coloca-se ao nível da estratégia teórico-metodológica a adoptar.

Tal estratégia poderá passar pelo recurso à *sociologia do quotidiano*; contudo, uma advertência torna-se necessária, «uma sociologia da vida quotidiana deve basear-se na elaboração de proposições epistemológicas sem as quais é difícil iniciar um debate sobre este ramo do conhecimento»<sup>48</sup>.

A elaboração de «proposições epistemológicas» sobre o quotidiano passa por dar a este determinadas estruturas organizativas pois que segundo J. Machado Pais, «o senso comum pode perfeitamente auscultar o rumor do Oceano quotidiano, como quem cola um búzio à orelha — mas trata-se sempre dum som ou de um conhecimento cujas estruturas organizativas lhe escapam»<sup>49</sup>.

---

<sup>44</sup> C. BERINGUIER, «Se reconnaître dans la ville: à chacun son quartier!», in *Espaces et Sociétés*, n.º 34-35, 1980, p. 78. Assim, na cidade do Porto, ainda permanecem resquícios de bairros pautados pela identidade profissional, como demonstram os nomes de dadas ruas como por exemplo, a Rua dos Caldeireiros entre outras.

<sup>45</sup> A. ALVARENGA e J. MALTCHIEFF, «L'espace social, un nouveau paradigme?», in *Espaces et Sociétés*, n.º 35, 1980, p. 47.

<sup>46</sup> Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>47</sup> Idem, *Ibidem*, p. 60.

<sup>48</sup> J. MACHADO PAIS, «Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana», in *Análise Social*, vol. XXII, n.º 90, 1986, p. 11.

<sup>49</sup> Idem, *Ibidem*, p. 11.

Em que consiste a peculiaridade da sociologia do quotidiano? Numa acepção estrita, a sociologia do quotidiano teria como objecto «(...) as actividades praticadas pela maioria dos indivíduos de uma forma regular, dia a dia»<sup>50</sup>, com o objectivo de apreender o espaço social tal como A. Accardo o define: «No plano do vivido quotidiano dos agentes sociais (...), a vida social é feita duma infinidade de interacções (encontros, trocas, discussões, conflitos, relações de poder (...))»<sup>51</sup>.

Uma clarificação impõe-se: se interessa a banalidade e a trivialidade de todos os dias, ou seja as rotinas ritualizadas, a esta sociologia também interessa a espontaneidade, pois «a característica da vida quotidiana é a espontaneidade (...). O ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da quotidianidade não estão, de modo algum, em contradição com essa espontaneidade, muito pelo contrário, uma coisa implica a outra»<sup>52</sup>.

Para além destas dimensões, poderemos dizer que o quotidiano não é apenas um lugar de repetição, é ainda de inovação, é um lugar de «alcançar o extraordinário do ordinário». Tal contexto é qualificado por H. Lefebvre como «riqueza e miséria da quotidianidade»; «riqueza da quotidianidade», pois é no quotidiano «(...) que se esboçam as criações mais autênticas, os estilos e modos de viver que juntam os gestos e as palavras correntes com a cultura. Nela se opera uma renovação incessante dos homens (...). Uma arte, uma imagem, um mito que não entrem na quotidianidade (...) permanecem abstractos ou morrem. Inversamente, os desejos mais profundos e as aspirações mais legítimas aí tomam raiz e aí permanecem»; mas «miséria da quotidianidade», pois a vida quotidiana é «(...) a repetição dos mesmos gestos, levantar-se de manhã, preparar o café, sair, seguir as mesmas ruas, as mesmas cada manhã, atravessar os mesmos lugares, apanhar o metro, perder-se na multidão, ler o jornal, entrar pela porta da mesma oficina ou no mesmo escritório»<sup>53</sup>.

Deste modo, «o romanesco e o extraordinário misturam-se com a trivialidade»<sup>54</sup>. O objecto de análise da sociologia do quotidiano assim constituído leva-nos a tomar o quotidiano como construído numa dualidade espaço-temporal dinâmica, indo ao encontro do que M. Maffesoli

---

<sup>50</sup> Idem, *Ibidem*, p. 13.

<sup>51</sup> ALAIN ACCARDO, *Initiation à la Sociologie de l'Illusionisme Social*, Bordéus, Ed. Le Mascaret, 1983, p. 33.

<sup>52</sup> AGNES HELLER, *Historia y Vida Cotidiana*, Barcelona, Grijalbo Ed., 1972, p. 55, citado in José MACHADO PAIS, *O, c.*, p. 14.

<sup>53</sup> HENRI LEFEBVRE, *Du Rural à l'Urbain*, Paris, Ed. Anthropos, 1970, pp. 90 e 91.

<sup>54</sup> Idem, *Ibidem*.

designa como ««enraizamento dinâmico», bipolarizado, que especifica da melhor forma o antagonismo paradoxal de toda a existência»<sup>55</sup>.

O próprio H. Lefebvre não descuidava esta dimensão ao afirmar que o quotidiano é «(...) um campo de organização, espaço-tempo de auto-regulação voluntária e planificada». Assim, «bem organizado, o quotidiano tende a constituir-se num sistema fechado sobre si mesmo (produção — consumo — produção) (...)»<sup>56</sup>.

O quotidiano, na sua essência, é social, na medida que expressa tensões, conflitos, mudança, crises inerentes às práticas ou «maneiras de fazer» quotidianas que constituem «(...) as milhares de práticas pelas quais os utilizadores se reapropriam do espaço organizado das técnicas de produção sócio-cultural»<sup>57</sup>. Por isso, o objecto da sociologia do quotidiano será atingido quando essas práticas «(...) cessarem de figurar como fundo nocturno da actividade social»<sup>58</sup>, não querendo com tal cair-se num «atomismo social», mas tão só valorizar a interacção social enquanto referencial teórico-metodológico.

O recurso a tais considerações prende-se com o facto das práticas sociais estarem orientadas por um sistema de diferenças, um sistema de posições sociais que se definem em relação a «(...) eixos como nobre/ignóbil, puro/impuro, distinto/vulgar, honesto/desonesto, raro/comum (...) quer dizer, em função dos valores percebidos como formando pares de oposição que podem dar uma significação positiva ou negativa às coisas e às práticas sociais mais diversas»<sup>59</sup>.

No âmbito deste quadro explicativo, poderemos dizer que a sociologia do quotidiano tenta resolver o dilema — e conseqüentes confrontações — entre *a micro e a macro sociologia*, isto é, pretende a conjugação dos comportamentos individuais (individualizantes) com as variáveis macrosociológicas, tais como, poder, ideologia e desigualdade social.

J. Machado Pais considera que «a sociologia da vida quotidiana deverá, pois, evoluir como um leito dum rio — apertada entre duas margens; uma dessas margens decorre duma tradição positivista que

---

<sup>55</sup> MICHEL MAFFESOLI, *La Conquête du Présent*, Paris, PUF, 1979, pp. 67 e 68.

<sup>56</sup> H. LEFEBVRE, *La Vie Quotidienne dans le Monde Moderne*, Paris, Ed. Gallimard, 1968, p. 141.

<sup>57</sup> M. CERTEAU, *L'Invention du Quotidien. Arts de Faireil*, Paris, UGE, 1980, p. 14.

<sup>58</sup> Idem, *Ibidem*, p. 9.

<sup>59</sup> A. ACCARDO, *O. c.*, p. 37. Aliás, o mesmo autor refere que «um espaço social é um sistema de diferenças, um sistema de posições que se definem na e pela própria oposição, como o norte não se define a não ser por oposição ao sul e o este por oposição ao oeste», p. 37.

tende a apreciar a importância do trabalho sociológico mais pela amplitude de generalizações que leva a cabo do que pela sua demonstrabilidade: é portanto, uma corrente que ilude a observação detalhada, em pequena escala, julgando-a «trivial», buscando em alternativa o esplendor dos resumos globais; a outra margem, que até agora mais tem fascinado as correntes sociológicas que se têm debruçado sobre o quotidiano, é aquela que apela para análises mais microscópicas e mais empiricistas»<sup>60</sup>.

O esforço levado a cabo pela sociologia do quotidiano centra-se na estratégia de vincular os elementos interaccionais à estrutura global da sociedade, — tal é o nosso propósito — funcionando à maneira de uma teoria de «médio alcance», e reside neste procedimento uma das virtualidades fundamentais — e decisivas — de ancoração daquela ao estudo da realidade urbana actual, na medida em que pode captar melhor, do que qualquer outro paradigma teórico-metodológico, «a introdução de descontinuidades temporais e espaciais» na cidade (e no urbano), bem como, «evitar a confusão numa continuidade ilusória, assim como as separações ou descontinuidades absolutas», como uma espécie de «lançadeira de tear, de um lado para o outro, num movimento pendular, cerzindo no universo social as micro e as macro-estruturas»<sup>61</sup>.

#### IV. PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE DESCONTINUIDADE NO MUNDO URBANO ACTUAL

A existência de um espaço urbano descontínuo, isto é, matizado por clivagens no que diz respeito à forma como esse espaço é apropriado pelos diferentes agentes sociais parece constituir uma hipótese analítica fundamental. Tal exercício hipotético levará naturalmente à formulação duma série de questões interligadas, tais como, por exemplo — como definir a descontinuidade? como se produz essa descontinuidade? que processos estarão na sua base? como aprender empiricamente essa realidade?

Os desenvolvimentos seguintes são a respeito destas questões.

---

<sup>60</sup> J. MACHADO PAIS, *O. c.*, p. 12; Veja-se ainda. K. D. KNORR-CETINA e A. V. CICOUREL (eds.), *Advances in Social Theory and Methodology Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1981, onde KNORR-CETINA refere que a experiência vivida por muitos cientistas sociais a respeito das micro e macro concepções sociológicas, é análoga à situação vivida por vizinhos hostis, p. 25; CLAUDE JAVEAU, «Vie quotidienne et sa sociologie», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXVIII, 1980, p. 40.

<sup>61</sup> J. MACHADO PAIS, *O. c.*, p. 51.



## 1, A Importância das Referências Identitárias Quotidianas

Partimos do postulado de que a diferenciação sócio-espacial é tida como um facto normal e universal nas nossas sociedades <sup>62</sup>. Deste modo, a diferenciação terá de ser tomada como referencial de qualquer abordagem.

O segundo passo de análise terá de corresponder ao ultrapassar da mera constatação, passando a explicá-la. Como condição decisiva de diferenciação podemos apontar os *referenciais identitários* dos diferentes grupos sociais que entram em «cena» na cidade.

De certa forma, «(...) tenta-se visualizar a existência dum mito interiorizado donde deriva a vida quotidiana (...). É um mito capaz de dar coerência e inteligibilidade a experiências múltiplas, parcialmente vividas como caóticas» <sup>63</sup>.

A existência deste «mito interiorizado», leva-nos ao processo pelo qual se produzem as identidades sociais. A construção de referenciais identitários pode ser explicada por um duplo processo: o processo de identificação e o de identificação <sup>64</sup>. O primeiro corresponde à integração dos agentes sociais em grupos sociais específicos; o segundo, corresponde por sua vez, a uma operação de autonomização desses grupos em relação à sociedade, separando e separando-se, excluindo e excluindo-se, ou ainda, distinguindo e distinguindo-se <sup>65</sup>.

Neste sentido, podemos falar numa sucessiva cristalização quotidiana de «imagens de si» decorrentes de inserções sociais específicas.

Por conseguinte, este processo permite uma certa arrumação social no quadro da hierarquia social traduzida em práticas quotidianas «(...) por integração e diferenciação com e contra, por inclusão e exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e distinções classistas e estatutárias (...)» <sup>66</sup>. Neste contexto, estamos perante uma espécie de «efeito espelho», pelo qual a produção de identidades se

---

<sup>62</sup> Um dos autores que desenvolve este assunto é A. TEIXEIRA FERNANDES, in *O. c.*.

<sup>63</sup> JEAN RÉMY e outros, *Produire ou Reproduire?*, I, Bruxelas, Ed. Vie Ouvrière, 1987.

<sup>64</sup> Expressões de PIERRE TAP, *Identités Collectives et Changements Sociaux*, Toulouse, Privat, 1986, pp. 11-15.

<sup>65</sup> J. MADUREIRA PINTO, «Considerações sobre a produção social de identidade», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 1991, p. 218.

Autores como JEAN RÉMY e LILIANNE VOYÉ; consideram mesmo que no quotidiano, «(...) cada pessoa, cada grupo define uma imagem de si mesmo que igualmente, o situa em relação aos outros e aos diversos aspectos da vida social» in JEAN RÉMY e outros, *Produire ou Reproduire?*, I p. 19.

<sup>66</sup> J. MADUREIRA PINTO, «Considerações sobre a produção social de identidade», p. 219.

alimenta sempre de alteridades, isto é, o delineamento e a construção de um «eu», implica necessariamente a consciência de um «outro». Como exemplo, podemos destacar o comportamento da «minoría caboverdiana» em determinados bairros lisboetas, já que esta comunidade tenta afirmar a sua identidade pela inscrição privilegiada de alguns atributos no seu espaço de interacção, face a outros grupos<sup>67</sup>.

O referencial identitário surge-nos como elemento crucial da vida social, sendo por seu turno um suporte quotidiano que existe em todos nós, que nos segue e persegue.

Dentro deste prisma de análise, fará pouco sentido falar em «não identidade» e mesmo quando atribuímos a alguns grupos o qualificativo de «identidade negativa» não a fazemos corresponder a «não identidade», mas antes, à existência de um quadro de relações de força sociais que permite a instauração de relações de dominação entre os grupos sociais em presença. Por vezes, é corrente a ideia de que determinadas facções das classes populares urbanas «perderam a identidade»; ora tal, por tudo o que foi dito, parece insustentável. Referindo Madureira Pinto podemos dizer que: «excluídos (por razões objectivas e subjectivas) dos processos mais dinâmicos e mobilizadores de recursos intelectuais, tais grupos acabam por interiorizar inibições e sentimentos de vergonha cultural que vão sobrepor-se às suas capacidades potenciais de criação e recriação de símbolos»<sup>68</sup>; afectando deste modo, a sua identidade manifesta, na medida em que se impõem a estes grupos, novos valores, crenças e normas, tanto no que concerne à estruturação dos seus espaços públicos, como dos seus espaços privados. Podemos destacar a este respeito, a ambivalência cultural vivida pelos habitantes de meios rurais com a vinda para a grande cidade, sendo a partir de agora obrigados a reconstruir as suas referências identitárias.

Ainda assim, podemos procurar em Goffman um alcance analítico e conceptual importante. Este autor utiliza o conceito de identidade social no sentido deste constituir uma noção mais adequada do que a de «*status* social», já que no conceito de identidade «(...) se incluem atributos como «honestidade», da mesma forma que atributos estruturais, como «ocupação»»<sup>69</sup>. No conceito de identidade social está então, implícito o próprio conceito de «face», na medida em que «podemos definir o termo «face» como sendo o valor social positivo

---

<sup>67</sup> WALTER RODRIGUES, «Comunidade caboverdiana: marginalização e identidade», in *Sociedade e Território*, n.º 8, 1989, nomeadamente a p. 102.

<sup>68</sup> J. MADUREIRA PINTO, «Considerações sobre a produção social de identidade», p. 228.

<sup>69</sup> E. GOFFMAN, *Estigma*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982. p. 12.

que uma pessoa reivindica efectivamente para si (...); a «face» é uma imagem do «eu» delineada segundo certos atributos sociais aprovados<sup>70</sup>, isto no interior de uma linha de acção, que é «(...) geralmente de natureza legítima e institucionalizada»<sup>71</sup>. Para além do que por esta síntese é abarcado pelo conceito de identidade social, Goffman tem inclusive a preocupação de relacioná-lo com o de identidade pessoal. A identidade pessoal para Goffman define-se como sendo uma realidade subjectiva, um quadro de vida interior. Por esta clareza conceptual, é possível admitir que o «eu» tem alguma margem de manobra, dispõe de uma certa margem de autonomia na definição de si<sup>72</sup>.

Caberá agora perguntar como se manifestam as referências indentitárias no quotidiano.

Paradoxalmente, manifestam-se na repetitividade da vida quotidiana, no fluir dos dias, nos diferentes movimentos dos agentes sociais no seu quotidiano, no sentido de dominar o tempo e o espaço, e mais importante, ao fazer face à mudança contínua.

A produção e a reprodução das rotinas conduzem ao estabelecimento de uma quotidianidade e esta está sujeita a um processo de socialização, por intermédio do qual, «cada indivíduo «aprende» a manipular os objectos que lhe são imprescindíveis para a vida quotidiana»<sup>73</sup>.

Por isso, a construção de identidades sociais implica todo um processo de *ritualização social*, já que é por intermédio desta que o espaço urbano é apropriado socialmente.

A ritualização quotidiana, pressupõe uma repetição de acções e serve, antes de mais, de protecção contra a angústia dum futuro desconhecido, e como diz Claude Martinaud, pelo rito quotidiano, «(...) o futuro é controlável e o rito comunica uma certa flexibilidade à nossa existência»<sup>74</sup>. Enfim, o ritual cumpre uma função reguladora decisiva na interacção quotidiana, funcionando como princípio orientador.

A ritualização como prática social por excelência, permite a perpetuação de identidade; portanto, é pelo ritual que lemos, no quotidiano, as expressões simbólicas de diferenciação e exclusão. Estas

---

<sup>70</sup> E. GOFFMAN, *Les Rites d'Interaction*, Paris, Ed. de Minuit, 1974, p. 9.

<sup>71</sup> Idem, *Ibidem*, p. 10,

<sup>72</sup> SERGE PAUGAN, *La Disqualification Sociale*, Paris, PUF, 1991, p. 29.

<sup>73</sup> J. MACHADO PAIS, *O. c.*, p. 14.

<sup>74</sup> CLAUDE MARTINAUD, Comentário ao texto de PIERRE SANSOT, «Ritualisation de l'espace et de la vie quotidienne...», in *Vie Quotidienne en Milieu Urbain*, p. 52; CLAUDE RIVIÈRE, completa esta ideia ao dizer: «Consideramos sob o ângulo da sua regularidade, da sua normatividade, os ritos participam do carácter tranquilizador das regras pelas quais o homem ordena a sua condição humana», C. RIVIÈRE, «Pour une approche des rituels séculiers», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXIV, 1983, p. 115.

expressões simbólicas prendem-se com atitudes, gestos e acções determinantes para a estrutura social.

Ideia fundamental é a de que a ritualização quotidiana implica repetição, mas não rigidez.

No mundo social, podemos inclusive destacar determinados «momentos fortes», a que M. Maffesoli dá o nome de «liturgias sociais». O mesmo autor define a liturgia quotidiana como sendo «(...) a expressão visível do dinamismo mítico de um conjunto social (...). O próprio de uma liturgia, qualquer que seja, é relembrar que a existência inscreve-se menos numa linearidade do que num desenvolvimento cíclico»<sup>75</sup>. Assim, neste contexto a festa — como cerimónia que quebra a rotina —, assume um lugar fundamental, «lugar ritualizado, as festas são também um importante meio de expressão da minoria nas quais, justamente, a música e a gastronomia são as práticas comuns e o melhor pretexto de encontro da comunidade»<sup>76</sup>.

Pela e na interacção quotidiana actua uma espécie de «jogador» que participa neste «jogo» ritual, não sendo inoportuno aqui que algumas regras mudem, por isso, é necessário interrogar constantemente a ligação dos ritos à mudança social.

O espaço de interacção surge-nos assim, como um todo diferenciado, percorrido por experiências identitárias diversas, e em mudança.

Espacialmente, os diferentes referenciais identitários aí inscritos, podem ser equacionados mediante a análise de diferentes práticas sociais com a configuração social do meio em que se produzem e reproduzem.

Aqui, há que ter em conta o quadro de relações sociais em que aquelas práticas emergem, a que chamaremos «quadros de interacção»<sup>77</sup>. Quer isto dizer que por quadros de interacção, «entendemos um conjunto estruturado de normas e regras, de limites e percursos, de sequências preferenciais e lógicas alternativas, de reportórios e de códigos, uma configuração específica que organiza, enquadra, sistematiza, codifica e regulamenta as práticas sociais que neste quadro se verificam»<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> M. MAFFESOLI, «Le rituel et la vie quotidienne...», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX, 1980, pp. 345 e 346.

<sup>76</sup> WALTER RODRIGUES, *O. c.*, p. 102.

<sup>77</sup> Seguindo de perto o raciocínio de Firmino da Costa na análise de Alfama: «Propusemos o conceito de quadros de interacção enquanto instrumento analítico pertinente para o exame sistemático das práticas no bairro e como forma de conceptualização teoricamente adequada para a explicação da produção de uma cultura popular urbana em Alfama apesar do intenso movimento migratório que a atravessa», A. FIRMINO DA COSTA. «Alfama: entreposto de mobilidade social», in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 2, p. 24.

<sup>78</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 24. Somos tributários da conceptualização proposta pelo autor.

No seu âmbito, os «quadros de interacção» possibilitam um conjunto de práticas sociais específicas. Claro está, que é também o conjunto de práticas sociais que vai dar solidez e permanência aos «quadros de interacção», numa interdependência múltipla.

Neste contexto podemos afirmar que *os processos de produção, e reprodução de identidades* derivam das características do «quadro de interacção» que existe num dado espaço urbano, assim como também das características dos «*habitus*» dos agentes sociais aí presentes, isto é, existe um encontro entre os sistemas de «disposições estruturadas» dos actores e o específico «quadro de interacção»<sup>79</sup>.

A importância deste «*habitus*» de classe prende-se ao facto de ser uma espécie de «denominador comum»<sup>80</sup> às diferentes práticas dos agentes sociais em interacção e «basta deixarmos actuar o «*habitus*» para ver instaurar-se uma verdadeira orquestração das práticas sem chefe de orquestra, ou se preferirmos com um chefe de orquestra invisível, que se chama «*habitus*»<sup>81</sup>; o «*habitus*» é um princípio gerador das práticas sociais espontâneas, daí que «toda a escolha, todo o gosto (...) é um encontro entre dois estados de história que estão em concordância: da história no seu estado incorporado sob a forma de um «*habitus*» e da história no seu estado objectivado sob a forma de lugares, objectos, aparelhos, instituições, práticas rituais, etc.»<sup>82</sup>

Parece-nos estar então, no cerne da questão, uma tentativa de *espacialização do conceito de «habitus»*, podendo mesmo dizer-se que ambos os conceitos — «*habitus*» e «quadros de interacção» — podem conceber-se como «estruturados» (pela estrutura global das relações sociais) e «estruturantes» (das práticas sociais que neles se originam)<sup>83</sup>.

Com isto, inicia-se um ciclo incessante na vida quotidiana onde as práticas sociais vão alterar, e dar novos contornos aos «*habitus*» e aos «quadros de interacção». Há que ter em conta que na prática quotidiana, falar de quadros de interacção como espaços concretos, definíveis, pode ser um exercício assaz infrutífero, já que para determinadas categorias sociais, o espaço social das suas práticas não é um

---

<sup>79</sup> Para um melhor desenvolvimento, Idem, *Ibidem*, p. 27.

<sup>80</sup> Expressão de A. ACCARDO, *O. c.*.

<sup>81</sup> A. A.

<sup>82</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 165 e 166.

<sup>83</sup> A. FIRMINO DA COSTA, *O. C.*, p. 27.

Cabe aludir ainda, a outro aspecto; se com Bourdieu podemos dizer que todo o agente social possui uma capacidade de dominar a prática, há a salientar por um lado, as estratégias quotidianas espontâneas e por outro, as estratégias racionalizadas (sendo a primeira, o *domínio prático da prática* e a segunda, o *domínio simbólico da prática*), distinção que dá à prática quotidiana um referencial mais apurado, nomeadamente no âmbito de uma pesquisa de terreno. Veja-se A. ACCARDO, *O. c.*, pp. 170 e 171.

espaço concreto e objectivo; é um espaço subjectivo. Como diz Walter Rodrigues, «esse espaço subjectivo é um conjunto de espaços de comunicação, dos quais os locais de comunicação são apenas um dos elementos e não o único lugar da interacção quotidiana», não havendo um «quadro de interacção» concreto<sup>84</sup>.

## 2. Marginalização e Segregação no Tecido Urbano Actual.

A expressão espacial da heterogeneidade permanece ainda a um nível relativamente abstracto.

Já referimos anteriormente o facto de dados grupos sociais não disporem de um quadro de interacção objectivado numa estrutura social compósita e complexa, sendo a esses grupos que se podem aferir determinados *processos de marginalização*. A este propósito, Bernard Compère salienta que «um indivíduo que pelo seu estatuto, ocupa uma posição dentro da estrutura social, está na realidade somente inserido num número limitado de subestruturas restritas. Estas últimas são caracterizadas por sistemas culturais cuja simplificação, em relação ao sistema total inacessível directamente, fornece aos indivíduos meios operatórios de integração e realização social»<sup>85</sup>.

Por isso, na falta de um contacto com objectos de referência próprios, certos grupos sociais vivem estados de marginalização. Quer isto dizer, que na interacção quotidiana há determinados grupos que podem ser apelidados de «*dominantes*» ao nível simbólico (que desencadeiam uma dominação simbólica sobre outros) e outros de «*dominados*»; o que abre logo espaço a um amplo processo de *lutas simbólicas*: quem marginaliza, quem exclui tenta reduzir as expressões identitárias do marginalizado, do excluído a «*aberrações sociais*»; por seu turno, o marginalizado, tenta com todas as forças impor o seu referencial identitário, já que «o pobre é um ser — outro, marcado por um sentimento de exclusão do tipo de sociedade dominante, de fatalismo e de injustiça social, alguém que faz a experiência da indiferença ou do desprezo de outros»<sup>86</sup>.

Estamos no exercício de uma espécie de *violência simbólica* conceptualizada por J. Rémy e L. Voyé do seguinte modo: «(...) como toda a violência, esta supõe uma relação de imposição e constrangimento, a sua qualificação de «simbólica» significa que se trata duma

---

<sup>84</sup> W. RODRIGUES, O. c., p. 98.

<sup>85</sup> B. COMPÈRE, «Intégration social et marginalité», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIV, 1971, p. 132.

<sup>86</sup> A. TEIXEIRA FERNANDES, O. c., p. 40.

violência que não passa pelo exercício duma força física, mas sim duma violência que actua normalmente a partir do consenso implícito que transportam os que aí estão submetidos; consenso que resulta do processo de socialização, o qual leva a considerar como «normais» (...) situações que são de facto construções sociais»<sup>87</sup>. Esta imposição — por vezes subtil — entra no arbitrário na medida em que ao impor uma possibilidade nas interacções quotidianas, exclui outras possibilidades, e como dizem Accardo e Corcuff — por inspiração de Pierre Bourdieu — «a violência simbólica é o efeito e censura inerente a todo o acto de imposição»<sup>88</sup>.

Em suma, «falta a posição social em todo o estado de marginalidade»<sup>89</sup> assistindo-se a uma concomitante degradação estatutária.

Convém, no entanto, fazer uma precisão: se por um lado, assistimos no âmbito das lutas simbólicas, a um processo de hetero-marginalização, isto é, uma situação de imposição de um grupo sobre outro, por outro, não muito raramente, assistimos a um aceitar pacífico da marginalização, entrando então, no terreno da auto-marginalização, sucedâneo dum desvincular dos rituais quotidianos responsáveis pela rectificação incessante do jogo identitário.

O acentuar da *hetero e auto-marginalização* pode ser um corolário lógico do que Christianne Laffont chama «uma vida moderna complexa e uma vida profissional cada vez mais desqualificante», para mais à frente nos dizer, «assim como a cidade produziu estas subcidades [«ghettos» urbanos], gerou num mesmo movimento sub-cidadãos que têm muitas vezes dificuldades em fazer ouvir a sua voz (...)». Os habitantes destes bairros desvalorizados são portadores de uma imagem negativa de si próprios exprimindo-se quer pelo silêncio e pela indiferença, como também pela conformização, adoptando uma atitude de submissão estreita em relação aos ditames da sociedade envolvente. Nesta perspectiva, a marginalidade «(...) não é somente um fenómeno de aberração social, mas é um facto social inteiro e total, que necessita, sem dúvida duma análise própria»<sup>90</sup>.

A descontinuidade é assim construída pelos processos de marginalização, indo também inscrever espacialmente esses processos; como diz A. Teixeira Fernandes, «a sociedade não só coloca os pobres nos escalões mais baixos da estrutura social, como ainda tende a

---

<sup>87</sup> JEAN RÉMY e LILIANNE VOYÉ, *Ville, Ordre et Violence*, p. 21.

<sup>88</sup> A. ACCARDO e P. CORCUFF, *La Sociologie de Bourdieu*, Bordéus, Le Mascaret, 1988, p. 235.

<sup>89</sup> A. TEIXEIRA FERNANDES, O. c., p. 45.

<sup>90</sup> C. LAFFONT, «Portait d'une population en crise», in *Informations Sociales*, n.º 11, 1991, p. 161.

segregá-los, sobretudo em meio urbano, perpetuando assim, no espaço e no tempo, as formas de pauperização e retirando-lhes a iniciativa para fazer valer os seus direitos»<sup>91</sup>.

A própria origem latina da palavra *segregação* — «*segregare*» — remete-nos para a ideia de separação, dissociação. Em termos sociológicos, estamos perante um conceito que radica em situações de marginalidade, ocasionada por distâncias ráticas, económicas, educacionais, religiosas e até, profissionais.

Recentemente, a palavra tem sido utilizada para exprimir um processo social de diferenciação no que diz respeito às estruturas de oportunidade e de equipamentos colectivos que afectam dada região urbana consoante a distribuição de grupos e classes sociais<sup>92</sup>.

No processo de segregação sócio-espacial, o que está em causa, é sobretudo, em primeiro lugar — e decisivamente — a *capacidade de apropriação* dos espaços urbanos como sendo espaços decisivos de produção e reprodução das práticas quotidianas. O conceito de apropriação remete para a «(...) a possibilidade [que os indivíduos têm] de se mover, de possuir, de agir, de admirar, de sonhar, de aprender, de criar seguindo os seus desejos, as suas aspirações, os seus projectos»<sup>93</sup>.

Neste sentido, podemos dizer, que a apropriação do espaço insere três dimensões fundamentais<sup>94</sup>:

— «*apropriação económica*»; implicando esta «um controlo da produção dos espaços urbanos (de habitação, de equipamentos, etc.) em termos quantitativos e qualitativos».

— «*apropriação sócio-cultural*»; implicando esta «a possibilidade de (re)criação de redes de sociabilidade específicas a um determinado grupo de modo a que permitam a preservação e o desenvolvimento dum estilo de vida próprio».

— «*apropriação psico-social*»; implicando esta «uma identificação dos espaços com as aspirações, desejos e sonhos dos indivíduos, permitindo a manutenção de uma memória de referência colectiva do grupo, bem como a preservação de (re)criação de redes de relações de ordem afectiva»<sup>95</sup>.

---

<sup>91</sup> A. TEIXEIRA FERNANDES, *O. c.*, p. 55.

<sup>92</sup> M. PINÇON-CHARLOT e outros, *Ségrégation Urbaine*, Paris, Ed. Anthropos, 1987; H. VIEILLARD-BARON, "De la marginalité spatiale à la ségrégation sociale", in *Espace et Sociétés*, n.º 52/53, 1989.

<sup>93</sup> C. de LAUWE, «*Appropriation de l'espace et changement social*», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXVI, 1979, p. 150.

<sup>94</sup> W. RODRIGUES, *O. c.*, p. 97. A tipologia adoptada por este autor deriva de: P. REYNAUD, «L'appropriation impossible?», in *Informations Sociales*, 1982, pp. 6-17.

<sup>95</sup> W. RODRIGUES, *O. c.*, p. 97.



Mediante esta tipologia de apropriação, o que se verifica na maior parte das cidades actuais, é que determinadas categorias sociais — minorias étnicas, classes operárias, desempregados, idosos, etc. — não detêm qualquer capacidade de apropriação económica, não tendo por isso, qualquer papel interventivo na lógica de estruturação do espaço urbano, sendo por isso, colocadas nas zonas mais desqualificadas económica e simbolicamente. Daí a ocupação de zonas degradadas, de bairros camarários, de construções clandestinas, em suma, espaços pouco valorizados, sendo daí que advêm inúmeras dificuldades ao nível da apropriação sociocultural e psicossocial, na medida em que estamos perante uma apropriação (económica) dominada do espaço.

Concluindo, o espaço de habitação é o reflexo concreto de outro tipo de exclusões que vão do económico, ao cultural, até ao simbólico. Estas populações assim segregadas, acumulam toda uma série de «*handicaps*», do nível social (emprego, qualificação) ao habitacional (redes de sociabilidades e enraizamento). Para comprovar esta situação, podemos retirar exemplos da realidade portuense, através dos chamados «bairros camarários» ou de «habitação social» já referidos anteriormente. O processo tende a acentuar-se com a progressiva especulação imobiliária que afecta grande parte das cidades actuais, pela «guettização» crescente e pelo acentuar das distâncias e separações sociais.

Aqui, uma chamada de atenção aos planificadores já que «(...) todo o acto de ordenamento (...) tem uma incidência sobre o quadro de vida das pessoas e sobre a vida social, e em consequência ele não deve ser feito a não ser após uma apreensão dos problemas que pretende resolver»<sup>96</sup>. A mistura de diferentes categorias sociais num mesmo espaço tem sido uma estratégia levada a cabo pelos planificadores, para atenuar o carácter segregativo do espaço urbano actual. Ora, tal demonstra-se perfeitamente inviável na prática, pois a proximidade espacial parece estimular a distância social, no que respeita em particular, aos grupos situados nas extremidades da hierarquia social.

Em síntese, o conceito é de ordem *eminente relacional* e remete-nos à análise concreta das práticas quotidianas no tecido

---

<sup>96</sup> G. ALTHABLE, «Éléments pour une analyse des relations interpersonnels dans un espace commun...», in *Vie Quotidienne en Milieu Urbain*, p. 340; Autores como J. CLAUDE CHAMBOREDON e M. LEMAIRE, *O. c.* consideram que «os grupos mais desfavorecidos, expostos ao desdém dos outros e à confrontação com modos de vida inacessíveis sentem (esta coexistência) como uma humilhação (...). Os indivíduos da classe superior ou das camadas médias (...) são muito sensíveis às dificuldades de coabitação», p. 19. Refira-se ainda, P. MAYOL, «Radriographie des banlieus», in *Esprit*, n.º 182, 1992, pp. 65-77; P. SIMON, «Banlieus, de la concentration au ghetto», in *Esprit*, n.º 182, 1992, pp. 58-64.

urbano, e como tal à segregação como processo vivido subjectiva e objectivamente ao nível das diferentes simbologias utilizadas pela classe segregante e segregada. A relação implícita neste processo obedece aos ditames hierárquicos da estrutura social inscritos no quotidiano, demonstrando que este é palco de apropriações diferenciadas.

### 3. Exclusão e Estigmatização Quotidianas

Em muitos casos, o tecido urbano na sua descontinuidade marginaliza e segrega, para num último estágio, estigmatizar quem não está conforme às normas existentes, pois que, «(...) a estrutura do sistema global, a sua cultura e organização social criam para os indivíduos, em cada posição no sistema, problemas característicos de adaptação»<sup>97</sup>.

A raiz do termo *stigma* pode ser procurada na Grécia Antiga, pois «os gregos (...) criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o «*status*» de quem os apresentava». O seu portador era uma pessoa «marcada, ritualmente poluída, que devia de ser evitada, especialmente em locais públicos»<sup>98</sup>.

Podemos dizer que o termo foi conservando ao longo dos tempos actualidade, na medida que ainda hoje a sociedade continua a fornecer uma plataforma de categorização das pessoas segundo um conjunto de atributos tidos como comuns e normais para todos os seus membros; qualquer desvio socialmente relevante em relação a este conjunto é tido como anormal, sendo daí que decorre o estigma.

O *processo de estigmatização social* tal como é explicado por Goffman deriva de uma «etiquetagem» social, demonstrando o carácter lateral que a questão do desvio em relação às normas assume na problemática goffmaniana. Goffman diferencia dois tipos de identidades sociais; a *identidade social virtual* (é construída pelo somatório de informações do «eu» recolhidas na interacção: aspectos físicos, reputação, modos de falar, modos de vestir) e a *identidade social real* (é a constituída pelos atributos próprios — reais — dos indivíduos)<sup>99</sup>. Alguns destes atributos implicam o «descrédito» imediato dos indivíduos que os possuem, como é o caso da «cor da pele», nascendo daí

---

<sup>97</sup> A. COHEN, *La Déviance*, Paris, Ed. Duclot, 1971, p. 211.

<sup>98</sup> E. GOFFMAN, *Stigma*, p. 11.

<sup>99</sup> Idem, *Ibidem*, p. 12; N. HERPIN, *A Sociologia Americana*, Porto, Ed. Afrontamento, 1982, p. 85.

os estigmas. Se os atributos que conferem descrédito não se apresentarem, de imediato, no curso da interacção societal, o indivíduo tende a ocultá-los, por intermédio de táticas, fazendo corresponder a sua identidade social virtual à sua identidade social real. No decorrer da interacção social, podem surgir discrepâncias reais entre o que a sociedade vê e o indivíduo é, nascendo deste modo, também o estigma. Este é constituído pela valorização dos atributos mais negativos dos sujeitos, ocasionando anátemas que na interacção, vão constituir marcas de desqualificação e exclusão, constituindo estereótipos identificativos, a todo o momento.

A estigmatização como construção social revela uma imposição legitimada de dados modos de vida, lançando no arbitrário todo o contrário a essa imposição.

O processo de estimatização pode ser entendido como «(...) uma forma de classificação que, avivando a sua identidade negativa, lança no descrédito determinadas categorias sociais consideradas como anormais face aos padrões dominantes. As pessoas, nesta situação, sentem-se inferiorizadas perante uma sociedade que as rejeita. A estigmatização, assinalando a diferença, é uma marca do indesejável, daquilo que é detestável e, por isso, deve ser posto fora do alcance do quotidiano da normalidade»<sup>100</sup>.

A estigmatização é um processo mais intenso do que os descritos anteriormente; o indivíduo ou grupo estigmatizado são tidos como aberrações, portadores dum anátema inconfundível e como tal, perfeitamente excluídos do todo social normal.

O etiquetamento operado pela sociedade em relação ao estigma não explica todo o processo, o próprio «eu» vive o estigma, habitua-se ao seu estigma, aceitando-o (processo de auto-marginalização). Goffman fala neste contexto de «identidade para si», na medida em que o próprio actor se auto-percepção sob a influência da sociedade<sup>101</sup>. Foi nesta linha que D. Storper-Perez constatou que a classificação institucional dos jovens das classes populares como «nómadas», «bárbaros» e «perigosos» ocasionou vivências quotidianas conformes a esse mesmo estigma. Ao analisar o nosso próprio quotidiano portuense, confirmamos a vivência concreta de um processo de estigmatização social no Bairro do Aleixo como consequência directa do anátema que a sociedade colocou a este bairro.

---

<sup>100</sup> A. TEIXEIRA FERNANDES, *O. c.*, p. 60.

<sup>101</sup> O conceito de «identidade para si» está patente na tradução francesa da obra de E. GOFFMAN, *Stigmaté. Les Usages Sociaux des Handicaps*, Paris, Ed. Minuit, 1975, p. 127.

A estigmatização acumula em si, enquanto processo efeitos reais para os indivíduos como dizem S. Damer e L. Hartshorne a propósito de alguns bairros de Glasgow; os autores salientam que os habitantes de tais bairros figuram sempre nas «listas negras» para a procura de crédito, têm dificuldades sucessivas em encontrar trabalho e obtenção de certos serviços, sendo rodeados de vigilância sistemática por parte das agências de controlo social, tais como a polícia e assistentes sociais. Para além destes efeitos reais, é possível destacar um constante sentimento de «raiva» aliado a um progressivo desmoronamento das redes de sociabilidade ao nível das relações associativas e de vizinhança<sup>102</sup>.

Uma das estratégias utilizadas habitualmente para contrariar essa estigmatização, por parte de certos grupos sociais (por exemplo, as minorias étnicas), é a da valorização sistemática de determinados atributos identitários. E no fundo, uma estratégia de sobrevivência face à falta de recursos simbólicos concretos por parte do grupo estigmatizado; esta exemplificação é importante na medida em que esta reunião de «iguais», de «pares», isto é, de indivíduos que partilham o mesmo estigma, dá visibilidade a todos os processos de resistência que o «eu» oferece no âmbito da interação quotidiana, demonstrando ainda, a força da identidade do grupo estigmatizado socialmente<sup>103</sup>.

#### V. VIVÊNCIAS QUOTIDIANAS: A EVIDENCIA SITUACIONAL DA DESCONTINUIDADE

A trama de mecanismos anteriormente descritos adquire evidência situacional por intermédio da análise da interação quotidiana. Neste âmbito, entramos no mundo das *simbologias sociais*, isto é, no mundo dos símbolos produzidos regularmente no tecido urbano, a comprovar que «o espaço é investido permanentemente», equivalendo tal a

---

<sup>102</sup> D. STORPER-PEREZ, e outro, «Le processus de stigmatisation dans la rénovation urbaine», in *Vie Quotidienne en Mieu Urbain*, O. c., pp. 263-273; S. DAMER e L. HARTSHORNE, «Habitat et réputation», in *Déviance et Société*, vol. 15, n.º 3, 1991, p. 294. Veja-se F. DUBET, «Conduites marginales des jeunes et classes sociales», in *Revue Française de Sociologie*, vol. XXVIII, 1987, pp. 265-286.

<sup>103</sup> W. RODRIGUES, O. c., p. 99. Note-se no entanto, que esta identidade reforçada não é a identidade «perdida» pelo grupo; É a identidade inerente ao processo de estigmatização. Por exemplo, o lema «*black is beautiful*», deriva deste processo.

dizer «que o espaço não é um valor em si, ganhando significado somente pela forma como se relaciona com a acção social»<sup>104</sup>.

Uma primeira aproximação situacional pode ser compatível com a análise de *subculturas ou microcosmos sociais*<sup>105</sup>, conscientes do seu necessário enquadramento estrutural. Partilhamos da importância do enfoque subcultural, na medida em que este mostra como os grupos e classes produzem simbologias e espaços próprios de sociabilidade diferenciados e vistos como opostos, e ainda porque deste modo, as estratégias de distinção social adquirem maior visibilidade.

Albert Cohen considera a existência de uma subcultura como dependente de uma partilha, por parte do conjunto de indivíduos, dos mesmos problemas, por isso, «a condição crucial para a emergência de novas formas culturais é a existência de um determinado número de actores em interacção recíproca, com problemas similares de ajustamento»<sup>106</sup>.

Neste sentido, um aspecto fundamental para a análise das diferentes subculturas no mundo urbano actual, é o ter em conta — e entrando no mundo das simbologias — *o(s) seu(s) diferente(s) atributo(s) simbólico(s) num quadro espacial de interacção*. Entendemos por «*simbólico*» todos os modos de expressão e toda a actividade humana carregada de «*significação*».

Noção frequente para os culturalistas americanos e outros autores mais recentes, o «estilo» parece ser a configuração situacional que aponta para uma pluralidade de elementos expressivos tais como o posicionamento do corpo, o vestuário, a linguagem ou mesmo os consumos, no fundo, toda uma série de atributos simbólicos<sup>107</sup>. Exemplificando, no que concerne ao posicionamento do corpo, parece correcto afirmar que a distribuição entre as classes sociais de propriedades corporais permite isolá-las quase «espontaneamente», estamos perante uma espécie de «*hexis*» corporal bourdiana constituída por «posturas, disposições do corpo, interiorizadas inconscientemente pelos indivíduos no curso da sua história»<sup>108</sup>.

---

<sup>104</sup> J. BRAGANÇA de MIRANDA. «Introdução aos problemas metodológicos duma simbólica urbana», in *Sociedade e Território*, n.º 1, 1984, p. 71.

<sup>105</sup> Ver A. TEIXEIRA FERNANDES, *O. c.*, pp. 39, 40, 48 e 59.

<sup>106</sup> A. COHEN, *Delinquent Boys*, Londres, Free Press, 1955, p. 59, citado in N. Herpin, *O. c.*, p. 116.

<sup>107</sup> Ver Art. de G. MAUGER e C. FOSSÉ-POLIAK, «Les loubards», in *Artes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 50, 1983.

<sup>108</sup> A. ACCARDO e P. CORCUFF, *O. c.*, p. 231. O próprio Bourdieu considera que «é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou do legitimação da dominação de uma classe sobre outra», in *Poder Simbólico*, Lisboa, Ed. Difel, 1989, p.11.

O «estilo» tal como definimos anteriormente, reporta-se a uma variedade de significados: permite observar o grau de empenhamento de um indivíduo num dado grupo específico; indica o grupo simbólico a que se pertence; demarca esse grupo do resto da sociedade e apela a uma identidade fundamental para o perpetuar do grupo <sup>109</sup>.

Em conexão com uma análise das atribuições simbólicas quotidianas, podemos introduzir os *vectores tempo e espaço na abordagem*. Tais vectores poder-nos-ão levar à análise das *práticas de sociabilidade quotidianas* <sup>110</sup>. As práticas de sociabilidade, têm sido entendidas como «um conjunto de micro interacções sociais, ocorrendo em espaços e tempos determinados, envolvendo os moradores do bairro enquanto movendo-se e interagindo no seu espaço público, e produzindo-se a partir dos vários aspectos que assume a utilização desse espaço por aqueles que o habitam» <sup>111</sup>.

A importância das práticas de sociabilidade, assim definida, implica a definição de determinadas dimensões de análise dessas mesmas práticas; uma proposta de análise pode ser sintetizada pelo seguinte <sup>112</sup>:

— *os «tempos de sociabilidade»*; no quotidiano, os actores sociais estão sujeitos a diferentes tempos e ritmos, uns mais intensos (tempo de saída para o trabalho, tempo de regresso a casa), outros menos intensos (fins-de-semana), assim «também os tempos de sociabilidade são diferenciados e conhecem diferentes imensidades, conforme se considere o dia, o fim-de-semana, ou a manhã e a noite...».

— *os «espaços de sociabilidade»*; num bairro, os locais de comércio (padaria, café, supermercado), são espaços privilegiados de sociabilidade, daí que «a sociabilidade tem no espaço um dos seus registos mais visíveis».

— *os "produtores de sociabilidade"*; «a metáfora da «produção» para descrever a interacção social quotidiana inspira-se na ideia de Michel Certeau segundo a qual os consumidores produzem algo no próprio espaço de consumo, produção essa que se traduz em «formas de fazer» múltiplas e relativamente autónomas porque relativamente individualizadas». Assim, ao nível da interacção, verifica-se o protago-

---

<sup>109</sup> N. HERPIN, O. c., pp. 116 e 117.

<sup>110</sup> C. JAVEAU, «Société, socialité et sociabilité dans les banlieues», pp. 182 e 183.

<sup>111</sup> FERNANDO Luís MACHADO, «As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental», in *Sociedade e Território*, nº 3, 1985. pp. 90 e 91.

<sup>112</sup> Tendo como ponto de referência principal o artigo citado na nota anterior.

nismo mais acentuado de alguns actores sociais do que outros, como é evidente no caso do idoso que passa a maior parte do seu tempo no seu local de habitação <sup>103</sup>.

Por tudo isto, poderemos dizer que as práticas de sociabilidade interessam na medida em que vão dotando de especificidade, de lógica própria o espaço, sendo a partir delas que podemos evidenciar «quadros de interacção» diferenciados na cidade.

Uma proposta analítica mais ambiciosa seria apelidar tal programa de «*especialização do conceito de «habitus»*», na medida em que, se numa primeira aproximação, as práticas da vida quotidiana estão intimamente ligadas à pertença de classe dos agentes — ao seu lugar nas relações de produção e nos processos de trabalho — evidenciada seja por um dado nível de rendimento ou por disposições culturais («elementos constitutivos dum sistema de disposições estruturadas e tendentes a estruturar as práticas») ocasionando simbologias específicas —, numa segunda aproximação, esse "*habitus*» vai actualizar-se de forma diferenciada consoante as condições concretas dos espaços e tempos em que interactuam — práticas de sociabilidade.

Exemplo algo paradigmático é apontado por M. Pinçon a respeito das condições de alojamento; em função da maior ou menor especulação imobiliária e/ou fundiária, as práticas sociais de agentes com as mesmas disposições («*habitus*») vão variar, daí a espacialização necessária do conceito de «*habitus*» <sup>114</sup>. Desta forma se funda a possibilidade de abordar o tecido urbano na sua (des)continuidade traduzida por apropriações sociais heterogéneas.

---

<sup>113</sup> FERNANDO LUÍS MACHADO, O. c., pp. 94 e 97.

<sup>114</sup> MICHEL PINÇON, O. c..